



Na semana passada, atravessei uma daquelas cenas que parecem pequenas no calendário — mais uma audiência, mais uma comissão —, mas que, no fundo, carregam o peso silencioso das grandes viradas civilizatórias. Instalamos, no Senado Federal, a Comissão para a Paz Mundial. E, naquele instante, entre falas, dados e olhares, tive a nítida sensação de que estávamos tentando reacender algo que o mundo anda perigosamente disposto a esquecer: a paz como escolha.

Ao lado do senador Paulo Paim, de Ulisses Riedel, presidente da União Planetária, e de várias lideranças pacifistas de relevância, participei de um encontro que não se limitou ao protocolo. Era a primeira audiência da Frente Parlamentar pela Paz Mundial, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, naquela segunda-feira, 6 de abril. Falávamos de paz — mas não como slogan. Falávamos de paz como projeto institucional, cultural, educativo. Como responsabilidade ética. Como arquitetura possível.

No mesmo dia, eu publicava um artigo na *Folha de São Paulo* denunciando o absurdo de um novo tipo de barbárie: enquanto Estados Unidos, Israel e Irã tensionam mais um capítulo da geopolítica do medo, uma plataforma digital — a chamada Play Market — transforma assassinatos em espetáculo. Pessoas apostam, em tempo real,

Todos pela paz!

na morte de lideranças iranianas. Um mercado de bilhões de dólares. Um coliseu digital. A crueldade deixou de ser apenas tolerada: ela passou a ser monetizada.

E ali, dentro do Senado, esse contraste pulsava.

De um lado, dados duros: 2024 registrando o maior número de conflitos armados da história recente, gastos militares ultrapassando US\$ 2,7 trilhões, aumento brutal de mortes no Oriente Médio e Norte da África, mais de 120 milhões de pessoas deslocadas

no mundo. A confiança entre nações se desfazendo. O multilateralismo fragilizado. A ONU tensionada. O risco de a guerra deixar de ser exceção para se tornar norma — uma profecia autorrealizada.

De outro lado, a insistência.

A lembrança de que a paz não é ausência de guerra, mas presença de dignidade. Que não há paz sem justiça. Que a guerra é sempre o fracasso da política. Que existem caminhos — diálogo, mediação, cooperação — previstos não apenas na ética, mas na própria arquitetura jurídica internacional.

Falou-se também de prevenção. De escuta. De mulheres nas mesas de negociação — aumentando significativamente as chances de acordos duradouros. Falou-se de desviar recursos da morte para a vida. Porque, hoje, para cada dólar investido em cooperação, muitos mais são destinados à destruição.

Saí de lá com uma certeza incômoda e luminosa.

Estamos, sim, à beira de normalizar o inaceitável. Mas também estamos, ainda, em tempo de escolher diferente.

A Comissão para a Paz Mundial nasce, talvez, como um gesto pequeno diante do tamanho do caos. Mas toda cultura começa assim: com uma decisão coletiva de não se render.

E, hoje, escolher a paz é, antes de tudo, um ato de coragem.